

ato encoberto. O voto democrático tem que ser aberto, sobretudo consciente, de quem quer reconstruir o País.

A propósito, veio-me à mente um pensamento extraído da Suma Teológica, de São Tomás de Aquino, hoje muito atual: "A política é a ciência do mundo. Cumpre-lhe estudar os homens para recolher a lição da sua experiência e aprender a conhecê-los e julgá-los".

A Nação inteira recolheu uma triste lição de um homem que, desde quando candidato à Presidência da República, já provava seu despreparo e sua conduta não ética em busca do poder. Hoje, com a experiência desses momentos tristes, temos de aprender a conhecer os homens que estão na política para que cada Estado, cada Município, todo o País não sofra mais o vexame dessa degradação moral que estamos vivendo.

Cabe, agora, o julgamento daquele que traiu a Nação, traiu o povo brasileiro e ainda está querendo, a todo custo, perpetrar mais um ato de corrupção, tentando, mais uma vez, usar a estrutura do poder para buscar os votos de que precisa a fim de evitar a sua própria derrubada. Mas acredito que não há mais como evitá-la, pois os brasileiros estão julgando aquele que traiu a nossa Pátria e que não tem sequer a dignidade de deixar o poder, como querem os seus magistrados, e como, enfim, é seu dever, porque seu Governo já não tem legitimidade.

Que na votação do **impeachment** prevaleça a liberdade democrática.

Era o que tinha a dizer.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (PPS DF. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, o Presidente Collor, em razão dos trabalhos da CPI, convocou o rádio e a televisão para, em novo pronunciamento, afrontar a Nação e tentar talvez o seu derradeiro esforço de prolongar a sua agonia. Tentou convencer a opinião pública de que nada teve a ver com o recebimento de favores do Esquema PC, de que os cheques e as contas da Sra. Ana Acioli eram absolutamente legais, recebendo créditos pelas vias usuais. Nada do que a CPI concluiu a respeito dos delitos em que incorreu o próprio Presidente da República foi mencionado, nada foi respondido, a não ser — e aí a sua loucura — a provocação desmedida ao Congresso Nacional, Instituição da qual espera o veredito, quando da apreciação do **impeachment**, que, finalmente, hoje, dá entrada nesta Casa.

Ora, Sr. Presidente, falaram que, no Congresso Nacional, se instalou como que um tribunal de exceção stalinista, ou mesmo fascista, que houve o contraditório, que se está engodando a opinião pública, que não tem conhecimento da versão da parte que está sob suspeição.

Isto é um acinte, Sr. Presidente, porque, em todos os momentos, a CPI, por cadeia de rádio e televisão, esteve sintonizada com a opinião pública, que, pela primeira vez, acompanhou todos os passos, todos os desdobramentos de uma ação parlamentar importante, ao mesmo tempo em que se empolgou, participando das manifestações nas ruas e demonstrando claramente sua impressão sobre todo o processo de investigação que revelou os escândalos e os caminhos por onde andam a corrupção, o tráfico de influência e outras mazelas que dominam a vida pública brasileira.

Estamos, aqui dentro, há alguns minutos, acompanhando o recebimento, por parte da Presidência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do pedido de abertura do processo por crime de responsabilidade contra o Presidente da República.

Esperamos que, dentro dos marcos da Constituição, que sempre temos defendido — e isto é consenso entre todos os Parlamentares que aqui têm externado opinião a respeito da necessidade de se dar um basta à impunidade no País — esperamos, repito, que nos próximos dias o processo seja acolhido. Os próprios jornais já proclamam a existência de dois terços dos votos favoráveis ao **impeachment**, tendo em vista a perda substancial de apoio ao Presidente da República em relação aos seus próprios aliados, inclusive ao último partido que ainda apoiava o Senhor Fernando Collor de Mello.

Por esta razão, Sr. Presidente, expressamos desta tribuna a nossa esperança de que, o mais rapidamente possível, a Câmara dos Deputados afirme a sua soberania, em sintonia com o povo, e vote favoravelmente ao acolhimento do pedido de **impeachment**, e que, enfim, essa agonia possa ter solução, com a apuração de todos os crimes e a punição de todos os responsáveis, inclusive o Senhor Presidente da República, conforme previsto na Constituição brasileira.

O SR. OSVALDO BENDER (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, no dia de ontem foi enviado a esta Casa o Orçamento para 1993. Lamentavelmente, pelas informações que recebemos, apenas em 4 Ministérios não houve cortes: nos da Saúde, da Educação, da Ação Social e do Trabalho. Para os demais, os recursos foram diminuídos.

E quero aqui fazer uma manifestação contra os cortes sofridos pelo Ministério da Agricultura, porque acho que produzir alimento também é uma forma de promover a saúde. Sem alimentação, certamente o Ministério da Saúde terá gastos maiores. Por isso prontifico-me a, juntamente com a Comissão de Agricultura, fazer tudo para reverter esse quadro, conseguir maiores dotações orçamentárias para o Ministério da Agricultura.

Vejam, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares: enquanto o Ministério do Trabalho tem uma previsão orçamentária de 19,2 trilhões de cruzeiros, o Ministério da Agricultura conta com apenas 10,9 trilhões de cruzeiros, de um total de 538 trilhões de cruzeiros, ou seja, apenas 2% da arrecadação são gastos com a agricultura. Isso é lamentável. Não podemos negar nossa condição de País que depende da agricultura, setor no qual temos nossa maior força produtiva. Quer queiram, quer não, a indústria, o comércio e todos os demais setores são movidos pela agricultura. Se o setor vai mal — como vai, atualmente — sem dúvida os demais setores também irão mal. E para produzir, nada mais querem os produtores além de financiamentos vinculados aos produtos — apenas esse incentivo. E recursos são necessários às pesquisas da Embrapa e da Emater, para a recuperação de solos, melhoria de sementes, enfim, para o apoio indispensável à agricultura.

Era neste sentido, Sr. Presidente, que queria me pronunciar, reafirmando que, juntamente com a Comissão de Agricultura, tudo farei para reverter esse quadro, para aumentar a dotação orçamentária ao Ministério da Agricultura em 1993.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, está sendo entregue, neste momento, ao Presidente Ibsen Pinheiro, o pedido de **impeachment** do Presidente Collor. Já está muito claro que, quanto à probidade na Administração Pública, o Presidente deve ser responsabilizado.

Mas quero trazer uma questão que considero tão importante e tão séria quanto esta: o desmonte, a desestruturação deste País, tendo como causa primeira o desvio de dinheiro